

**Índice:**

Amélia Polónia – “Descobrimientos e a Expansão Ultramarina Portuguesa”	p.9
Ana Cristina Roque – “Conversas com Artur Mafumo, Ñanga da Matola.	p.33
Ana Maria Ferreira – “Estrangeiros na Índia no tempo de Afonso de Albuquerque: Os anónimos.”	p. 53
António Manuel Hespanha – “Os Bens Eclesiásticos na Época Moderna. Benefícios, padroados e comendas.”	p. 59
Carla Alferes Pinto – “Damão: a Misericórdia e a cidade através das plantas e da documentação.”	p. 77
Eugénia Rodrigues – “Chiponda, «a senhora que tudo pisa com os pés». Estratégias de poder das donas dos prazos do Zambeze no século XVIII.”	p. 101
Hervé Pennec – “Les abrégés portugais du Refuge de l’âme. Une apologie de la foi monophysite adressée par les moines du Tigré au roi Susenyos, le 20 juin 1620. ”	p. 133
João Pedro Marques – “A armada portuguesa no combate ao tráfico de escravos em Angola (1839-1865).”	p. 161
José Guilherme Reis Leite – “Terramotos, conflitos e fiscalidade, nos Açores do Séc. XVII.”	p. 193
Maria Beatriz Nizza da Silva – “A reclusão feminina no Brasil colonial.”	p. 205
Maria Cecília Guirado – “Primeiros confrontos entre Portugal e Brasil: O Diário de Navegação de Pero Lopes de Sousa (1530-1532).”	p. 221
Maria do Rosário Pimentel – “Aspectos do quotidiano no transporte de escravos no século XVIII. Do sertão africano à costa americana.”	p. 233
Martin Lienhard – “A rainha Nzinga de Angola e sua prole americana: dois estudos.”	p. 245
Natália Tojo – “Notas sobre a importância da documentação neerlandesa seiscentista para o estudo da presença portuguesa no Oriente.”	p. 273
Zoltán Biedermann – “Nas pegadas do apóstolo: Socotorá nas fontes europeias dos séculos XVI e XVII.”	p. 287
A. M. Martins do Vale – “Macau e a China no pensamento de Martinho de Melo e Castro.”	p. 389

## Resumos:

Amélia Polónia – “Descobrimientos e a Expansão Ultramarina Portuguesa”. Pp. 9-32

O presente artigo apresenta um projecto de investigação que se considera ser um olhar diverso sobre o processo expansionista português. Ao enunciar a tese de que parte, a grelha de inquérito desenvolvida, o objecto, objectivos, fontes e metodologias seguidas, identifica-se um percurso científico que privilegia a micro-história e procura abordar o fenómeno expansionista a partir de uma perspectiva interna. Em simultâneo, pretende-se evidenciar as dificuldades, interrogar as limitações e questionar as virtualidades de um caminho de investigação

Ana Cristina Roque – “Conversas com Artur Mafumo, Ñanga da Matola.” Pp. 33-52

Entre 1936 e 1956, a Missão Antropológica de Moçambique efectuou 6 campanhas de trabalho em Moçambique de que resultou um vasto e diversificado espólio que inclui, entre outros, materiais que foram apreendidos a curandeiros locais. De entre estes destaca-se, pela singularidade do conjunto, o material do Ñanga da Matola. É nossa intenção dar a conhecer uma parte deste espólio e do tipo de informação que ele encerra mas também sublinhar a importância de que se revestiu e reveste o conhecimento do meio natural não só para as práticas tradicionais utilizadas pelos curandeiros como também para um quotidiano em que soluções alternativas podem passar pela utilização de ervas, raízes e plantas cujas propriedades e usos perduram ainda na memória de uns e começam a interessar outros que delas não tinham memória.

Ana Maria Ferreira – “Estrangeiros na Índia no tempo de Afonso de Albuquerque: Os anónimos.” Pp. 53-58

Neste artigo, Ana Maria Ferreira procura identificar os estrangeiros que tomaram parte na expansão portuguesa, em especial aqueles que marcaram presença na Índia durante a vigência de Afonso de Albuquerque (inícios do século XVI). Foi dada uma maior atenção às figuras menos conhecidas e às motivações que estavam por detrás da sua participação no projecto imperial dos reis portugueses.

António Manuel Hespanha – “Os Bens Eclesiásticos na Época Moderna. Benefícios, padroados e comendas.” Pp. 59-76

Neste artigo apresenta-se uma análise de algumas das mais centrais instituições eclesiais de alocação de bens fundiários no Portugal do Antigo Regime: os Benefícios, os Padroados e as Comendas. O seu estatuto jurídico era complicado para os próprios contemporâneos, dado que por vezes se combinavam vários institutos jurídicos num mesmo caso. Como se tratava de situações económicas muito investidas em termos simbólicos, nos séculos XVI e XVII existia uma vastíssima literatura jurídica a esse respeito, cujo carácter especializado tende a afastar os historiadores actuais. O que se pretende neste artigo é, precisamente, dar uma contribuição para essa complexa matéria, através do comentário de alguns casos extraídos da literatura jurídica.

Carla Alferes Pinto – “Damão: a Misericórdia e a cidade através das plantas e da documentação.” Pp. 77-99

O propósito deste artigo é o de estabelecer a importância do instituto Misericórdia em Damão (Damão Grande) através da caracterização das suas formas artísticas e do seu impacto sócio-económico na cidade. A instalação e evolução da Misericórdia acompanha o crescimento da cidade intra-muros, bem como os seus sucessos e desaires. Seguindo a escassa documentação a que ainda hoje temos acesso, foi possível estabelecer o percurso desde a instalação da "casa" - que acompanha a ocupação da praça - até à fundação e extinção do seu hospital e do seu recolhimento. Através do livro de Luís da Silveira, Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar, 1957 procurámos localizar e analisar as plantas aí mencionadas no sentido de compreender a evolução das formas dos vários edifícios patrocinados pela Misericórdia. A estas plantas, acrescentámos outras duas - do AHU, n.º 756 e da BNL, D. 155 R. - particularmente importantes por nos revelarem as formas da igreja (que em tudo se assemelha às igrejas das Misericórdias construídas em Portugal: uma nave única rectangular com uma capela-mor) e a localização do Recolhimento de Nossa Senhora das Três Necessidades, criado à imagem do Recolhimento de Nossa Senhora da Serra de Goa, e rapidamente esquecido pela documentação e memória damanense. As plantas e a documentação permitem-nos ainda compreender a evolução dos espaços ocupados por equipamentos da Misericórdia e a reutilização dos mesmos por outros poderes, seja no hospital, seja no recolhimento, e, finalmente, na própria «casa» e igreja, depois do terrível temporal de 1842 que derrubara o tecto. O tecto não foi reparado devido à crónica insolvência da instituição mas, também, pela decadência económica e social que se instalava na cidade, mostrando mais uma vez a íntima relação entre a Misericórdia e a cidade de Damão.

Eugénia Rodrigues – “Chiponda, «a senhora que tudo pisa com os pés». Estratégias de poder das donas dos prazos do Zambeze no século XVIII.” Pp. 101-131

Diferentemente do sucedido noutros espaços coloniais, as donas do Zambeze, na maioria mestiças, dispunham de um poder equiparável ao dos seus pares masculinos. No final do século XVII, estas mulheres começaram a aceder à maior parte das terras aforadas pela Coroa portuguesa (os prazos) e a controlar as suas populações africanas. Usando sobretudo os seus dependentes africanos, elas puderam construir um poder pessoal e envolver-se nos negócios, incluindo o comércio de longa distância. Tal foi possível por razões relacionadas quer com as características da colonização portuguesa do vale do Zambeze quer com o estatuto das mulheres nas sociedades africanas da região. Partindo de um estudo de caso, este texto analisa os papéis desempenhados por essas mulheres que integravam a elite dos foreiros. Aborda, em particular, o modo como elas construíram um poder que lhes conferiu um protagonismo semelhante ou mesmo superior ao dos homens na sociedade colonial do Zambeze.

Hervé Pennec – “Les abrégés portugais du Refuge de l'âme. Une apologie de la foi monophysite adressée par les moines du Tigré au roi Susenyos, le 20 juin 1620. ” Pp. 133-159

Neste artigo apresentamos uma proposta de estudo de caso acerca do modo como os textos jesuítas utilizaram as fontes etíopes, no final do século XVI e ao longo do século de Seiscentos. Na literatura que produziram na Etiópia, os jesuítas usaram a documentação etíope, mas fizeram-no de uma forma quase sempre abreviada. Para os jesuítas a censura era o meio de «desnaturalizar» os escritos etíopes e, como consequência, de apresentar o Cristianismo etíope como algo de negativo e incoerente. Assim, ao longo deste artigo efectuamos uma análise comparativa entre dois documentos jesuítas e os textos etíopes que utilizaram, e tal comparação acaba por confirmar a nossa hipótese de partida.

João Pedro Marques – “A armada portuguesa no combate ao tráfico de escravos em Angola (1839-1865).” Pp. 161-193

O contributo da marinha de guerra portuguesa para a supressão do tráfico transatlântico da escravatura, essa grande cruzada naval levada a cabo durante o século XIX, tem sido geralmente ignorado pela historiografia. Este artigo estuda precisamente a acção anti-tráfico dos marinheiros portugueses que operaram nos mares de Angola de 1839 a meados da década de 1860, época em que o tráfico transatlântico estancou. O artigo procura mostrar que durante esse quarto de século, e não obstante a precariedade de meios navais, os ardores do sol e das febres, a falta de pagamento, os homens da Estação Naval de Luanda contribuíram não só para afastar o «odioso comércio» das

praias de Angola mas também para limpar um passado recente de desleixo e de inoperância, duas acções que permitiram a Portugal reivindicar, com algum fundamento, um lugar entre as nações abolicionistas.

José Guilherme Reis Leite – “Terramotos, conflitos e fiscalidade, nos Açores do Séc. XVII.” Pp. 193-204

Reflexão sobre as determinações da administração central para a reconstrução da Vila da Praia, destruída pelo terramoto de 1614, e das dificuldades práticas da execução dessas determinações, nomeadamente no que concerne à fiscalidade.

Maria Beatriz Nizza da Silva – “A reclusão feminina no Brasil colonial.” Pp. 205-219

A política metropolitana impediu a fundação de conventos no Brasil até à segunda metade do século XVII por razões demográficas. Como muitas jovens viajavam para Portugal e para as ilhas atlânticas para se tornarem freiras, um alvará de 1732 passou a controlar esse êxodo da colónia. Só as duas principais cidades, Salvador do Rio de Janeiro, tiveram conventos, e nas demais capitanias foram fundados recolhimentos para aquelas mulheres que queriam viver em reclusão.

Maria Cecília Guirado – “Primeiros confrontos entre Portugal e Brasil: O Diário de Navegação de Pero Lopes de Sousa (1530-1532).” Pp. 221-232

Em busca de riquezas e com a intenção de expulsar os corsários castelhanos e franceses, a expedição de Martim Afonso de Sousa faz parte do projecto de exploração e reconhecimento da costa brasileira, encomendado por D. João III. O diário de bordo (apógrafo, rasurado e incompleto) revela curiosidades desta viagem exploratória: a posse e reafirmação do território português da América; costumes da cultura nativa e, sobretudo, o olhar quinhentista lusitano para o novo mundo. O documento-reportagem, testemunha, entre outros acontecimentos impressionantes, o lançamento das bases para a colonização portuguesa no Brasil.

Maria do Rosário Pimentel – “Aspectos do quotidiano no transporte de escravos no século XVIII. Do sertão africano à costa americana.” Pp. 233-243

Partindo da realidade específica que é o tráfico de negreiro, a mais longa e dramática emigração forçada da História da Humanidade, procurámos detectar aspectos do quotidiano, através de uma leitura transversal que, no caso do transporte de escravos, passa, a maior parte das vezes, pelos testemunhos daqueles que representam o domínio senhorial.

Martin Lienhard – “A rainha Nzinga de Angola e sua prole americana: dois estudos.” Pp. 245-272

Este trabalho encara dois momentos significativos da história - e da resistência anti-escravista - dos bantos da África central e de seus descendentes na América. Na primeira parte, «A rainha Nzinga e os portugueses», indagam-se algumas das modalidades - correspondência diplomática, intercâmbio oral, comunicação gestual - do estranho diálogo intercultural entre os portugueses e os autóctones no contexto das guerras angolanas da primeira metade do século XVII. A segunda parte, «Padrões da cosmologia congo e sua adaptação-recriação na América escravista», chama a atenção para algumas das formas de recriação, entre os escravos latino-americanos originários da África Central, dos padrões cosmológicos congos do «mar» e do «mato». Ambos estudos mostram a combinação criativa e inteligente, por parte dos africanos conquistados e de seus descendentes escravizados na América, de elementos da tradição banto e da modernidade europeia.

Natália Tojo – “Notas sobre a importância da documentação neerlandesa seiscentista para o estudo da presença portuguesa no Oriente.” Pp. 273-286

Os registos da VOC, por possuírem características distintas das fontes escritas portuguesas coevas, podem fornecer novos elementos que possibilitem uma mais complexa compreensão do envolvimento português no Oriente. Não obstante o reconhecimento da importância da documentação neerlandesa seiscentista por todos os interessados no estudo da expansão portuguesa, devido sobretudo ao desconhecimento da língua neerlandesa pela maior parte dos investigadores estrangeiros, estes registos têm sido praticamente ignorados fora da Holanda. O objectivo deste texto é pois o de fornecer um guia genérico dos Arquivos Nacionais Holandeses (Algemeen Rijksarchief) que permita uma rápida identificação e avaliação do acervo documental aí existente. Nesse sentido procurou-se descrever a organização geral dos ARA (Arquivos Nacionais Holandeses) e traçar a tipologia e características das fontes da VOC respeitantes à centúria de Seiscentos. No texto foram indicadas as séries de interesse directo para o estudo da história da expansão Portuguesa referindo-se o seu estado de conservação e, no caso de existirem restrições na consulta dos originais, se existem reproduções.

Zoltán Biedermann – “Nas pegadas do apóstolo: Socotorá nas fontes europeias dos séculos XVI e XVII.” Pp. 287-386

O artigo retrança a história das presenças europeias em Socotorá desde as primeiras explorações portuguesas em 1503-1504 até cerca de 1630. Descrevem-se as linhas gerais da dinâmica sócio-económica da população e do comércio dos produtos locais. Analisam-se as diversas situações identitárias e a cultura religiosa dos beduínos de Socotorá, cristianizados ainda na Antiguidade Tardia, mas isolados do mundo cristão desde o século XIV e

particularmente relutantes à acção missionária desenvolvida no âmbito do Padroado português entre 1507 e 1603. Grande parte das tradições cristãs descritas por viajantes e missionários do século XVI («igrejas», cruzes e «quaresmas»), usualmente citadas pela historiografia para provar a sobrevivência de uma cultura cristã em Socotorá, são elementos isolados que não podem ser compreendidos senão através da sua reinserção no contexto das tradições semíticas locais e das tentativas portuguesas, goradas definitivamente em inícios do século XVII, de construir uma identidade cristã comum em que novos relacionamentos luso-socotorinos pudessem assentar.

A. M. Martins do Vale – “Macau e a China no pensamento de Martinho de Melo e Castro.” Pp. 389-453

Redigido, em 1773, por Martinho de Melo e Castro, Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar (1770-1795), o documento, ‘Notticias e Reflexões sobre a Cidade de Macao’, definia as linhas orientadoras da reforma administrativa que, passados dez anos, viria a ser implementada em Macau. Partilhando do espírito reformista do Marquês de Pombal e assente na vasta documentação que tinha recolhido nos arquivos portugueses e macaenses e ainda nos testemunhos de contemporâneos que tinham visitado Macau, Martinho de Melo e Castro descreveu, com bastante pormenor, a sociedade, a economia e a organização administrativa do enclave português na China. Além desta variada informação, o autor explicitou ainda a sua visão sobre os chineses e sobre as relações que Portugal deveria manter com o Império do Meio.